

Demonstrações Financeiras

Cemig Trading S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	16
5. FUNDOS VINCULADOS.....	17
6. CLIENTES	17
7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	18
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	19
9. IMPOSTO, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	19
10. PROVISÕES.....	20
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	20
12. RECEITA.....	21
13. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	22
14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	22
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	24
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	25
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Cemig Trading S.A. ("Companhia" ou "Cemig Trading") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$1.000 mil, dividido em 1.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT").

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$958 mil em 2021, em comparação a R\$29.115 mil no exercício de 2020, representando uma redução de 96,71%.

Essa variação deve-se à redução da receita ocasionada por encerramento de contratos de intermediação nos exercícios de 2020 e 2021.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$258 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 21,88% em relação ao resultado de R\$1.216 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2020, a Companhia apurou o montante de R\$4.092 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 12,32% em relação ao resultado de R\$33.207 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R\$733 mil (R\$32.108 mil no exercício de 2020) e a margem do LAJIDA foi de 86,03% no mesmo período (99,61% no exercício de 2020), conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020	Var. %
Resultado líquido	958	29.115	(96,71)
Amortização	6	5	(20)
Provisão IR e CS	258	4.092	(93,70)
Resultado financeiro	(489)	(1.104)	(55,71)
LAJIDA	733	32.108	(97,72)

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à AGO, a realizar-se em 2022, que ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$958 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$ 479 mil referentes a dividendos estatutários; e
- R\$ 479 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Trading manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais, Municipais e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	141	10.577
Títulos e valores mobiliários	4	337	13.463
Fundos Vinculados	5	1.407	1.351
Clientes	6	42	2.935
Tributos compensáveis	8	112	112
IR e CSLL a Recuperar		66	-
Outros		16	33
TOTAL DO CIRCULANTE		2.121	28.471
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	69	3.027
Direito de uso	7	154	145
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		223	3.172
ATIVO TOTAL		2.344	31.643

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Impostos, taxas e contribuições	9a	6	149
Imposto de renda e contribuição social	9b	1	932
Dividendos a pagar	11	479	14.558
Transações com partes relacionadas	16	8	9
Passivo de arrendamento	7	20	18
TOTAL DO CIRCULANTE		514	15.666
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	8	89
Passivo de arrendamento	7	143	131
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		151	220
TOTAL DO PASSIVO		665	15.886
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		1.000	1.000
Reservas de lucros		679	14.757
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.679	15.757
PASSIVO TOTAL		2.344	31.643

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	12	852	32.233
CUSTOS OPERACIONAIS	13		
Pessoal		(23)	(61)
		(23)	(61)
DESPESAS OPERACIONAIS	13		
Amortização		(6)	(5)
Serviços de terceiros		(71)	(60)
Tributos		(20)	(3)
Outras		(5)	(1)
		(102)	(69)
CUSTO/DESPESA TOTAL		(125)	(130)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		727	32.103
Receitas financeiras	14	510	1.120
Despesas financeiras	14	(21)	(16)
		489	1.104
Resultado antes dos impostos		1.216	33.207
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(339)	(4.092)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	81	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		958	29.115
RESULTADO POR AÇÃO – R\$		0,96	29,12

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	958	29.115
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>958</u>	<u>29.115</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.000	200	29.572	-	30.772
Aprovação de dividendos adicionais 2019 (R\$29,57 por ação)	-	-	(29.572)	-	(29.572)
Resultado do exercício	-	-	-	29.115	29.115
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos estatutários (R\$14,56 por ação)	-	-	-	(14.558)	(14.558)
Dividendos adicionais propostos (R\$14,56 por ação)	-	-	14.557	(14.557)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.000	200	14.557	-	15.757
Aprovação de dividendos adicionais 2020 (R\$14,56 por ação)	-	-	(14.557)	-	(14.557)
Resultado do exercício	-	-	-	958	958
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos estatutários (R\$0,48 por ação)	-	-	-	(479)	(479)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,48 por ação)	-	-	479	(479)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.000	200	479	-	1.679

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	958	29.115
Ajustes por:		
Juros Passivo de Arrendamento	18	15
Amortização	6	5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(81)	-
	<u>901</u>	<u>29.135</u>
(Aumento) Redução de ativos		
Clientes	2.893	3.051
Outros créditos	(49)	1
	<u>2.844</u>	<u>3.052</u>
Aumento (Redução) de passivos		
Transações com partes relacionadas	(1)	(13)
Impostos, taxas e contribuições	(143)	117
Imposto de renda e contribuição social	230	3.150
	<u>86</u>	<u>3.254</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.831	35.441
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.161)	(3.734)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>2.670</u>	<u>31.707</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários	16.084	7.379
Fundos Vinculados	(56)	(1.351)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>16.028</u>	<u>6.028</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(29.115)	(29.827)
Arrendamentos pagos	(19)	(16)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(29.134)</u>	<u>(29.843)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(10.436)</u>	<u>7.892</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício (Nota 3)	10.577	2.685
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício (Nota 3)	<u>141</u>	<u>10.577</u>
	<u>(10.436)</u>	<u>7.892</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Trading S.A. (“Companhia” ou “Cemig Trading”), sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), foi constituída em 24 de julho de 2002, com sede e foro em Belo Horizonte – MG.

Os objetivos sociais previstos no estatuto social da Companhia são os seguintes:

- Comprar e vender energia nas suas diferentes formas e modalidades, incluindo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
- Prestar serviços associados às atividades de comercialização de energia, em todas as suas formas e modalidades, no âmbito dos mercados brasileiro e de outros países;
- Prestar serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a consumidores, que tenham livre opção de escolha de fornecedor, a geradores e produtores independentes e a qualquer agente autorizado a comercializar energia; e
- Desenvolver atividades relacionadas à comercialização de energia em todas as suas modalidades, considerando os aspectos físico, financeiro e operacional, objetivando a realização de negócios relacionados à compra e venda de energia.

Através da Resolução nº 117, de 28 de março de 2005, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou a Companhia a comercializar energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A Companhia iniciou suas atividades em maio de 2006 e, durante os exercícios de 2021 e 2020, o resultado da Companhia provém exclusivamente da prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia no mercado livre.

Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro 2021, a Companhia apresentou expressiva variação em seu resultado (R\$958 em 2021 e R\$29.115 em 2020), em virtude de redução da receita (R\$852 em 2021 e R\$32.333 em 2020) ocasionada por encerramento de contratos de intermediação nos exercícios de 2020 e 2021.

Diante deste cenário, a Companhia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, prospectando novos clientes para prestação de serviços de intermediação e novas oportunidades de serviços, tais como comercializador varejista, e criação de produtos com maior atratividade para clientes de menor porte, visando a recuperação de receita. Outrossim, a Companhia continuará ativa, dentro do contexto de negócios do Grupo Cemig, incluindo a garantia de aportes financeiros, caso sejam requeridos, em 2022.

Com o sucesso dessas medidas, a Administração entende que será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

Covid-19

Contexto geral

Desde março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Em 2021, os desafios e alertas quanto ao desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, foram mantidos e as ações críticas de preparação, prontidão, precisão, confiabilidade e resposta para o Covid-19, avaliadas e implementadas.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, desde a criação, em 23 de março de 2020, do Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que se tornou mais abrangente, complexo e sistêmico.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez, implementando medidas, conforme autorização legal, dando atenção especial a eventos ligados à continuidade dos negócios.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos relevantes na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 27 de maio de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 – Clientes (contas a receber não faturado);
- Nota 12 – Receita (Não faturada).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a

aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações nas normas internacionais ainda não vigentes estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir

de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, fundos vinculados, transações com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

b) Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

d) Receita

A Companhia reconhece a receita como agente, pois não tem exposição a riscos e benefícios significativos associados com a venda de energia, sendo seu ganho predeterminado, por uma comissão em relação ao *megawatt* faturado ao cliente.

As receitas são reconhecidas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais vigentes no momento da interveniência da Companhia na transação da comercialização de energia entre os agentes.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

e) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e juros do passivo de arrendamento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas bancárias	62	49
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	63	9.841
Overnight	16	687
	<u>141</u>	<u>10.577</u>

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou entre 99,5% e 100,50% em 2021 (65% a 99,5% em 2020) conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 8,87% a.a. a 9,14% em 31 de dezembro de 2021 (1,89% em 2020), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Aplicações financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	20	2.188
Letras Financeiras - Bancos	278	8.319
Letras Financeiras do Tesouro	35	2.932
Debêntures	4	24
	<u>337</u>	<u>13.463</u>
Não circulante		
Letras Financeiras - Bancos	68	2.928
Debêntures	1	99
	<u>69</u>	<u>3.027</u>
	<u>406</u>	<u>16.490</u>

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou entre 99,5% e 100,50% em 2021 (106% e 110% em 2020), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 105% e 130% em 2021 (entre 99,5% e 130% em 2020) do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento da Companhia possuem taxas de remuneração que variaram entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 2021 e 2020.

5. FUNDOS VINCULADOS

A Companhia foi habilitada como comercializadora varejista em abril de 2020. De acordo com as Resoluções Normativas da ANEEL nº 622/2014 e nº 678/2015, os comercializadores varejistas devem constituir limite operacional mínimo para a obtenção e manutenção de autorização para comercializar energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN. Em 31 de dezembro de 2021, o limite operacional mínimo constituído pela Companhia foi de R\$1.407 (R\$1.351 em 31 de dezembro de 2020).

6. CLIENTES

	Saldos a vencer	Total	
	Não faturado	2021	2020
Clientes	42	42	2.935

A Companhia não constituiu provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa pelo fato de a Administração não considerar que haja riscos significativos de perdas na realização destas contas a receber.

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa.

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. Em 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-
Adição	146
Remensuração	4
Amortização	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	145
Remensuração	15
Amortização	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	154

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Adição	146
Juros incorridos	15
Arrendamentos pagos	(15)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	4
Saldo em 31 de dezembro de 2020	149
Juros incorridos	19
Arrendamentos pagos	(19)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	15
Saldo em 31 de dezembro de 2021	163
Passivo circulante	20
Passivo não circulante	143

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2021	2020
Circulante		
PIS-PASEP	20	20
COFINS	92	92
Total	112	112

9. IMPOSTO, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, taxas e contribuições

	2021	2020
Circulante		
PASEP	-	19
COFINS	1	88
ISSQN	5	41
Outros	-	1
	6	149

b) Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	1	635
Contribuição social	-	297
	1	932

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Não circulante		
Imposto de renda diferido	6	65
Contribuição social diferido	2	24
	<u>8</u>	<u>89</u>

10. PROVISÕES

A Companhia é parte de processos judiciais relativos a tributos, cuja expectativa de perda é considerada possível por seus assessores legais, sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$117 em 31 de dezembro de 2021 (R\$114 em 31 de dezembro de 2020).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia era de R\$1.000 mil, representado por 1.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Cemig GT. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

a) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2021	2020
Reserva legal	200	200
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	479	14.557
	<u>679</u>	<u>14.757</u>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. No exercício de 2021, não foi constituída reserva legal, uma vez que está limitada a 20% do capital social.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na conta reservas de lucros os dividendos propostos pela Administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no estatuto social, no exercício de 2021, no valor de R\$479, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício (50% em 2020), ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2021	2020
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	958	29.115
Dividendos obrigatórios – 50%	479	14.558
Dividendos Propostos		
Dividendos obrigatórios	479	14.558
Dividendos adicionais	479	14.557
Total dos dividendos	958	29.115

Destinação do resultado de 2021 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à AGO, a realizar-se em 2022, que ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$958, seja dada a seguinte destinação:

- R\$479 referentes a dividendos estatutários; e
- R\$479 para pagamento de dividendos adicionais.

12. RECEITA

	2021	2020
Prestação de serviços (1)	996	34.626
Transações com energia na CCEE	9	1
Deduções à receita operacional (a)	(153)	(2.394)
	852	32.233

(1) A redução de receita no ano de 2021 ocorreu, substancialmente, em decorrência do encerramento dos contratos de intermediação com a ARCELORMITTAL e APERAM INOX em 12/2020.

a) Deduções à receita operacional

	2021	2020
ISSQN	(117)	(1.130)
COFINS	(30)	(1.039)
PASEP	(6)	(225)
	(153)	(2.394)

13. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	23	61
Amortização	6	5
Serviços de terceiros (a)	71	60
Tributos	20	3
Outras	5	1
	<u>125</u>	<u>130</u>
Custos operacionais	23	61
Despesas operacionais	102	69
TOTAL	<u>125</u>	<u>130</u>

a) Serviços de terceiros

	2021	2020
Publicações legais	28	11
Auditoria externa	38	38
Tecnologia da informação	3	8
Outros	2	3
	<u>71</u>	<u>60</u>

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação no mercado financeiro	510	926
Variação monetária	-	100
Créditos de PASEP/COFINS sobre receitas financeiras	-	94
	<u>510</u>	<u>1.120</u>
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(18)	(15)
Outras despesas financeiras	(3)	(1)
	<u>(21)</u>	<u>(16)</u>
Resultado financeiro	<u>489</u>	<u>1.104</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	
	Imposto renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita com prestação de serviços	996	996
Percentual de presunção	32%	32%
	<u>319</u>	<u>319</u>
Liquidação de energia na CCEE	9	9
Percentual de presunção	8%	8%
	<u>1</u>	<u>1</u>
Receita financeira s/resgate efetivo aplicação	748	748
Base de cálculo - Lucro Presumido	1.068	1.068
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	160	96
Adicional (10% valor superior a R\$240)	83	-
IR e CS – Lucro Presumido	<u>243</u>	<u>96</u>
Rendas não resgatadas	(238)	(238)
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos	<u>(60)</u>	<u>(21)</u>
Corrente	243	96
Diferido	(60)	(21)

	2020	
	Imposto renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita com prestação de serviços	34.626	34.626
Percentual de presunção	32%	32%
	<u>11.080</u>	<u>11.080</u>
Liquidação de energia na CCEE	1	1
Percentual de presunção	8%	8%
	<u>1</u>	<u>1</u>
Receita financeira s/resgate efetivo aplicação	925	925
Outras receitas financeiras	100	100
Base de cálculo - Lucro Presumido	12.105	12.105
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.816	1.089
Adicional (10% valor superior a R\$240)	1.187	-
IR e CS – Lucro Presumido	<u>3.003</u>	<u>1.089</u>
Rendas não resgatadas	1	1
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>
Corrente	3.003	1.089

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	8	9	-	-	(27)	(72)
Dividendos a pagar	-	-	479	14.558	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	42	19	-	-	-	184	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	16	687	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	337	13.463	-	-	17	226	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	69	3.027	-	-	-	-	-	-

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Serviços de intermediação na comercialização de energia elétrica.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e valores mobiliários" no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,02% em 31 de dezembro de 2021 (0,40% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	1	2
Participação nos resultados	-	1
Total (1)	1	3

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Clientes	2	42	42	2.935	2.935
Títulos e valores mobiliários	2	213	213	5.527	5.527
Fundos Vinculados	2	1.407	1.407	1.351	1.351
		<u>1.662</u>	<u>1.662</u>	<u>9.813</u>	<u>9.813</u>
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	79	79	10.528	10.528
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	20	20	1.471	1.471
Letras Financeiras Bancos – LFs	2	138	138	6.560	6.560
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	35	35	2.932	2.932
Debêntures	2	-	-	-	-
		<u>272</u>	<u>272</u>	<u>21.491</u>	<u>21.491</u>
		<u>1.934</u>	<u>1.934</u>	<u>31.304</u>	<u>31.304</u>
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Passivo de arrendamento	2	(149)	(149)	(149)	(149)
Transações com partes relacionadas	2	(9)	(9)	(9)	(9)
		<u>(158)</u>	<u>(158)</u>	<u>(158)</u>	<u>(158)</u>

- (1) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo: Título patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com passivo de arrendamento está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento	2	4	15	85	406	512
	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>15</u>	<u>85</u>	<u>406</u>	<u>512</u>

Dimas Costa
Diretor-Presidente

Marcus Vinícius de Castro Lobato
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242451-04

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Cemig Trading S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Trading S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Trading S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica a redução significativa no resultado da Companhia que incorreu em lucro de R\$958 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$29.115 em 31 de dezembro de 2020) devido ao encerramento de contratos relevantes durante o exercício. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Trading S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2022

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira